

3º SIMULADO

# TRF 4ª REGIÃO

## OFICIAL DE JUSTIÇA



**Estratégia**  
CONCURSOS





# Simulado Especial

## 3º Simulado TRF 4ª Região - Oficial de Justiça

Nome: \_\_\_\_\_

### INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TRF 4;
- 2 – A prova contém **50 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do Concurso TRF 4;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora FCC, com alternativas A, B, C, D e E.;
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – **A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO no canal do Estratégia Concursos no YouTube.** Eles resolverão todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros. Após a transmissão, o vídeo ficará disponível apenas na área do aluno.
- 8 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados durante a transmissão da correção da prova.

**PREENCHA SEU GABARITO NO LINK – <https://estr.news/Simulado-TRF4-Oficial>**

01 – (A) (B) (C) (D) (E)  
02 – (A) (B) (C) (D) (E)  
03 – (A) (B) (C) (D) (E)  
04 – (A) (B) (C) (D) (E)  
05 – (A) (B) (C) (D) (E)  
06 – (A) (B) (C) (D) (E)  
07 – (A) (B) (C) (D) (E)  
08 – (A) (B) (C) (D) (E)  
09 – (A) (B) (C) (D) (E)  
10 – (A) (B) (C) (D) (E)  
11 – (A) (B) (C) (D) (E)  
12 – (A) (B) (C) (D) (E)  
13 – (A) (B) (C) (D) (E)  
14 – (A) (B) (C) (D) (E)  
15 – (A) (B) (C) (D) (E)  
16 – (A) (B) (C) (D) (E)  
17 – (A) (B) (C) (D) (E)  
18 – (A) (B) (C) (D) (E)  
19 – (A) (B) (C) (D) (E)  
20 – (A) (B) (C) (D) (E)

21 – (A) (B) (C) (D) (E)  
22 – (A) (B) (C) (D) (E)  
23 – (A) (B) (C) (D) (E)  
24 – (A) (B) (C) (D) (E)  
25 – (A) (B) (C) (D) (E)  
26 – (A) (B) (C) (D) (E)  
27 – (A) (B) (C) (D) (E)  
28 – (A) (B) (C) (D) (E)  
29 – (A) (B) (C) (D) (E)  
30 – (A) (B) (C) (D) (E)  
31 – (A) (B) (C) (D) (E)  
32 – (A) (B) (C) (D) (E)  
33 – (A) (B) (C) (D) (E)  
34 – (A) (B) (C) (D) (E)  
35 – (A) (B) (C) (D) (E)  
36 – (A) (B) (C) (D) (E)  
37 – (A) (B) (C) (D) (E)  
38 – (A) (B) (C) (D) (E)  
39 – (A) (B) (C) (D) (E)  
40 – (A) (B) (C) (D) (E)

41 – (A) (B) (C) (D) (E)  
42 – (A) (B) (C) (D) (E)  
43 – (A) (B) (C) (D) (E)  
44 – (A) (B) (C) (D) (E)  
45 – (A) (B) (C) (D) (E)  
46 – (A) (B) (C) (D) (E)  
47 – (A) (B) (C) (D) (E)  
48 – (A) (B) (C) (D) (E)  
49 – (A) (B) (C) (D) (E)  
50 – (A) (B) (C) (D) (E)

**CONHECIMENTOS GERAIS****PORTUGUÊS****TEXTO I**

Dentre as grandes revoluções da era digital, destaca-se a criação de redes virtuais de relacionamento como Orkut, Facebook, Twitter e MySpace que alteram a forma de convivência em sociedade.

Tais sites permitem a criação de páginas pessoais na Internet, onde o usuário pode descrever o seu perfil e incluir dados como nome, profissão, estado civil, endereço, gosto musical, opção sexual, com a disponibilização de espaço virtual para o compartilhamento de arquivos de textos, fotografias e vídeos, inclusive com a interação com os demais usuários daquela determinada rede social.

O grande problema surge quando um usuário resolve se fazer passar por outra pessoa, criando página com perfil que não é o seu, conduta extremamente simples de ser praticada no meio eletrônico, uma vez que basta copiar a fotografia de outra pessoa e criar o perfil com o nome desta, sem que haja por parte do provedor deste serviço qualquer tipo de autenticação de identidade.

O fato é que a sociedade em rede possibilitou ao indivíduo maior exposição; porém, possibilitou também que novos ilícitos fossem praticados, causando por vezes prejuízos incalculáveis, pois a extensão do dano pode ser muito maior quando praticada na Internet.

O responsável pela criação de perfil falso, usualmente denominado “fake”, após a devida identificação, poderá ser responsabilizado na esfera civil, pelos danos morais e patrimoniais eventualmente causados e, até mesmo, na esfera penal em certos casos. Mas qual será a responsabilidade do provedor deste serviço?

Se por um lado é muito difícil controlar a licitude de conteúdo postado por terceiros na Internet, por outro, tais empresas não podem se omitir em caso de ilícitos perpetrados através de seus sistemas.

Em recentíssima decisão, um provedor responsável por determinada rede de relacionamentos foi condenado ao pagamento de indenização pelos danos morais causados à vítima, no montante de R\$ 850.000,00, em razão de sua omissão, pois, ao ser notificado da existência dos perfis falsos, não removeu o conteúdo ilícito do ar.

Desta feita, é possível concluir que uma das obrigações dos provedores de serviços de redes sociais consiste em fornecer dados que permitam a identificação dos infratores que praticaram ilícitos através de seus sistemas, bem como remover os perfis falsos do ar, assim que avisados da existência dos mesmos, pois não raro este é o único meio para fazer cessar o ilícito.

Ademais, a disponibilização de espaço virtual para que terceiros postem seus conteúdos na Internet pode gerar um risco à atividade desse provedor (art. 927, parágrafo único do Código Civil), tendo em vista que, ao manter no ar conteúdo ilícito, expõe a vítima ao mundo, 24 horas por dia, 7 dias da semana, propagando o dano de forma incontrollável.

([http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=7968](http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7968) com adaptações)

**01.** Considere as afirmativas abaixo a respeito do texto.

- I. O autor se posiciona contra as redes sociais, tendo em vista os danos que os perfis falsos podem causar aos usuários.
- II. Infere-se do texto que há precedente judicial no sentido de que o provedor pode ser responsabilizado por conteúdo ilícito que deixar de remover, após devidamente cientificado.
- III. Para o autor, a responsabilidade pelos perfis falsos é do provedor do serviço, pois este aluga o espaço em que se disponibiliza o conteúdo nocivo e não pode, portanto, omitir-se perante a justiça.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) I e III.
- d) II.
- e) I.

**02.** As redes sociais mencionadas pelo autor

- a) são um mal moderno, usado para ofender pessoas deliberadamente, com imunidade.
- b) são exemplos de grande revolução da era digital e modificam a forma de as pessoas conviverem.
- c) carecem de regulação e controle estatal, uma vez que não há como punir os perfis falsos e os danos causados são irreparáveis.
- d) possibilitam grande exposição pessoal e servem como uma vitrine para a exploração excessiva da vaidade.
- e) criaram uma competição de quem parece possuir a vida mais glamourosa.

**03.** Do penúltimo parágrafo, conclui-se que

- a) há mais de uma forma de interromper os ilícitos praticados pelos “fakes” nas plataformas digitais.
- b) os provedores de serviços de redes sociais possuem responsabilidade legal de remover todos os perfis falsos de suas plataformas.
- c) houve uma mudança recente de entendimento, que transferiu aos sites a responsabilidade exclusiva dos danos causados pelos “fakes”.
- d) os dados pessoais dos perfis são sigilosos, mas devem ser fornecidos se houver ordem judicial.
- e) os crimes cometidos por perfis falsos são difíceis de combater porque existe debate sobre a liberdade de expressão nas redes sociais.

**04.** Respeitando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:

- a) a criação de páginas pessoais (2º parágrafo) = a manutenção de perfis privados
- b) conduta extremamente simples (3º parágrafo) = virtude nada complexa
- c) perpetrados através de seus sistemas (6º parágrafo) = cometidos por meio de suas plataformas.
- d) qualquer tipo de autenticação de identidade (3º parágrafo) = nenhuma modalidade de senha
- e) danos morais e patrimoniais eventualmente causados (5º parágrafo) = humilhações e prejuízos potenciais

**05.** Apesar de perpassar muitas ideias, o foco do texto se encontra

- a) em discutir as vantagens das mídias sociais.
- b) nas recentes multas que perfis falsos passaram a receber por seu conteúdo nocivo.
- c) na transformação que as mídias sociais causam na vida em sociedade.
- d) no problema dos perfis falsos e as possibilidades de responsabilização.
- e) em ponderar os riscos de manter um perfil privado.

**06.** *pois a extensão do dano pode ser muito maior quando praticada na Internet.* (4º parágrafo)

Considerando os sentidos do texto, o conectivo destacado só não poderia ser adequadamente substituído por

- a) posto que
- b) já que
- c) uma vez que
- d) dado que
- e) porque

**07.** Considerando a norma culta da língua, o segmento destacado foi corretamente empregado exceto em

- a) Tais sites permitem a criação de páginas pessoais na Internet... (2º parágrafo)
- b) ...onde o usuário pode descrever o seu perfil... (2º parágrafo)
- c) ...conduta extremamente simples de ser praticada no meio eletrônico (3º parágrafo)
- d) criar o perfil com o nome desta (3º parágrafo)
- e) os demais usuários daquela determinada rede social (2º parágrafo)

**08.** Levando em conta apenas os fragmentos dados, a alternativa em que os trechos estão corretamente reescritos, com a expressão sublinhada substituída pelo pronome é:

- a) que alteram a forma de convivência em sociedade = que alteram-lhe

b) Tais sites permitem a criação de páginas pessoais = Tais sites permitem-a

c) possibilitou ao indivíduo maior exposição = possibilitou-lhe maior exposição

d) é muito difícil controlar a licitude = é muito difícil controlar-lhe

e) incluir dados como nome = incluí-lo

**09.** Verifica-se a existência de voz passiva em

- a) um usuário resolve se fazer
- b) não podem se omitir em caso de ilícitos
- c) expõe a vítima ao mundo
- d) que novos ilícitos fossem praticados
- e) alteram a forma de convivência em sociedade.

**10.** Está plenamente adequada a correlação entre os tempos e os modos verbais na frase:

- a) Caso nos esquecêssemos de quem somos, não haveremos de nos reconhecer no outro.
- b) Alguém já terá percebido que o que vivemos nas mídias sociais não pudesse ser jamais a verdade senão uma réplica do que gostaremos.
- c) Se os olhos do mundo não estiverem focados na imagem fictícia, ele não haveria como se dar conta daquela ilusão inerente.
- d) Caso as vítimas precisarem, já estarão à disposição da polícia ferramentas modernas de identificação de perfis falsos e seus endereços de origem.
- e) À medida que as pessoas começavam a abusar da suposta proteção do anonimato, maior era o rigor da lei que passava a incidir sobre os ilícitos.

## TEXTO II

O homem é um ser falível, condenado ao erro. Mas é também um ser que busca e que não abre mão de buscar. Um ser que transforma sua imperfeição e fraqueza em algo valioso.

Quando a criação do novo está em jogo, resignar-se ao provável e ao exequível é condenar-se ao passado e à repetição. No universo das relações humanas, o futuro responde à força e à ousadia do nosso querer. A capacidade de sonho fecunda o real, reembalha as cartas do provável e subverte as fronteiras do possível. Os sonhos secretam o futuro.

Eduardo Giannetti

**11.** De acordo com as ideias veiculadas no segmento acima, observa-se que

- a) conformar-se com o que já foi feito mitiga as possibilidades de inovação na criação humana.
- b) o homem está condenado a cometer sempre os mesmos erros, embora seja passível de ousar.
- c) a ousadia do querer faz com que o homem busque sempre o exequível, não obstante imperfeito.

- d) as cartas do provável são “marcadas”, pois o homem está condenado ao erro.
- e) embora não tenha influência sobre o seu futuro, o homem não cessa de buscar o impossível.

**12.** Considere as sentenças abaixo.

- I- Nada é impossível na visão dos homens corajosos, que inovam.
- II- Quando chega o momento de buscar o inédito, o homem se esquece de sua falibilidade inata.
- III- O homem sempre erra, mas sua busca incessante torna valioso o esforço de superar o inexequível.

A retirada da vírgula provoca mudança de sentido em:

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) I, apenas.
- d) II, apenas.
- e) III, apenas.

**13.** Um verbo que possui o mesmo tipo de complemento observado no fragmento acima encontra-se em

- a) O homem vive à deriva no mar do improvável
- b) Obedecer a leis fatalistas da condição humana tolheria o ímpeto criativo da mente.
- c) A humanidade ousa o inédito por acidente quando abstrai sua falibilidade.
- d) O gênio humano pensa que limites são feitos para serem superados.
- e) A falibilidade parece inerente: não há aprendizado sem manchas.

**14.** Considere as assertivas abaixo:

- I- Desconsiderando mudanças de sentido, o segmento “o futuro responde à força e à ousadia” (2º parágrafo) poderia ser reescrito, com correção gramatical, da seguinte forma: “o futuro responde a sua força e a sua ousadia”, redação na qual não haveria obrigatoriedade do emprego do acento grave.
- II- O termo “em algo valioso” (1º parágrafo) é objeto indireto do verbo “transformar” (1º parágrafo).
- III- Os termos “ao erro” (1º parágrafo) e “à ousadia” (2º parágrafo) possuem funções sintáticas distintas.

Considerando-se o uso linguístico nos segmentos, no contexto em que ocorrem no texto, está correto o que se afirma em:

- a) I e II.
- b) II e III.

- c) I, apenas.
- d) II, apenas.
- e) III, apenas.

**15.** Atende às regras de concordância da norma-padrão a seguinte frase:

- a) Quando a pessoa não é alertada contra determinada ameaça, sua defesa fica gravemente comprometido.
- b) Nos últimos anos, tem sido registrado uma elevação no número de condenações por crime de calúnia em ambiente virtual.
- c) Os perfis são bombardeado com acusações falsas com o propósito de causar controvérsia com a opinião pública.
- d) Contas falsas é o que tem deixado alarmado quanto a crimes digitais grande parte da população.
- e) Algumas pessoas ressentidas tornam improdutivo o esforço da população geral de usufruir da liberdade de expressão em redes sociais.

**16.** Está clara, correta e coerente a seguinte redação

- a) Ainda que abativassem o valor das penalidades, o montante seria enorme.
- b) Com intuito de ferir gratuitamente pessoas de opinião política diferente, muitos perfis falsos são utilizados para ataque pessoal.
- c) Quem se propuser a exceder os limites da liberdade de expressão estará sempre suscetível aos rigores da lei.
- d) Muitos usuários se entretiam em acompanhar grandes discussões recheadas de ódio entre perfis falsos.
- e) A recomendação geral é a de que qualquer um que ver o uso de “fakes” com propósito de disseminar ódio deve denunciar na plataforma.

**RACIOCÍNIO LÓGICO**

**17.** Num determinado país todo aluno de engenharia é bem humorado e também é carismático, mas nem toda pessoa bem humorada e carismática é aluno de engenharia. Existem pessoas bem humoradas que não são carismáticas, assim como, existem pessoas carismáticas que não são bem humoradas. Ainda nesse país, sabe-se que todo estudante de direito é esforçado, mas existem algumas pessoas que apesar de serem esforçadas não são estudantes de direito. Por fim, nesse país, nenhuma pessoa bem humorada ou carismática é esforçada. A respeito da situação apresentada nesse país, certamente:

- a) todo aluno de engenharia é esforçado e estudante de direito.
- b) não há possibilidade de que um aluno de engenharia seja ao mesmo tempo estudante de direito.
- c) há a possibilidade de que alguma pessoa esforçada seja também carismática mesmo não sendo bem humorada.
- d) os bem humorados que são carismáticos são estudantes de direito.
- e) existem pessoas carismáticas que também são esforçadas, mas não estudam direito ou engenharia.

**18.** Oito amigos estavam acomodados em uma fila com oito cadeiras de uma sala de cinema da esquerda para a direita na seguinte ordem: Carla, Umbelino, Roberta, Ivo, Talita, Igor, Bianca e André. Num dado momento essas pessoas resolveram trocar de posição entre si de forma que nenhuma delas permaneceu na mesma posição em que se encontrava inicialmente. Na nova formação as mulheres sentaram-se juntas e na mesma ordem que já estavam. Pessoas cujas iniciais dos nomes eram iguais não sentaram juntas. Dessa forma, é correto afirmar que após a mudança:

- a) Umbelino sentou-se ao lado de André.
- b) Carla sentou-se ao lado de Ivo e Roberta.
- c) Ivo sentou-se ao lado de André.
- d) Igor sentou-se entre André e Umbelino.
- e) André sentou-se na cadeira mais à esquerda da fila.

**19.** Em uma empresa, sabe-se que 5 dos seus funcionários são engenheiros, 3 são arquitetos, 2 são professores e 2 advogados. Além disso, nenhum desses funcionários tem formação em mais do que uma das áreas citadas. Dessa forma, é correto afirmar que:

- a) em qualquer grupo de 6 dessas pessoas há, pelo menos, um engenheiro.
- b) em qualquer grupo de 7 dessas pessoas há funcionários de, pelo menos, três das áreas de formação citadas.
- c) em qualquer grupo de 11 dessas pessoas há, pelo menos, um advogado;

d) em qualquer grupo de 8 dessas pessoas há, pelo menos, um professor;

e) em qualquer grupo de 4 dessas pessoas há, pelo menos, duas pessoas que tem formação na mesma área.

**20.** Num domingo à tarde Maria resolveu escrever em seu caderno sequências que apresentavam padrões lógicos. Foram elas:

**Sequência 1:** A B B C C C D D D D E ...

**Sequência 2:** A C F J ...

Uma sílaba que poderia ser formada por Maria ao unir, nessa ordem, a 20ª letra da sequência 1 com a 6ª letra da sequência 2 aparece na palavra:

- a) TUFO
- b) GULA
- c) FOGO
- d) FEDERAL
- e) FUTURO

**DIREITO ADMINISTRATIVO**

**21.** Acerca das modalidades licitatórias previstas na legislação brasileira, julgue os itens a seguir:

a) O pregão consiste em modalidade licitatória destinada à aquisição de bens e serviços comuns, no qual deve ser adotado, como regra geral, o tipo "menor preço" e, mediante despacho fundamentado da autoridade competente, o tipo "técnica e preço".

b) Tomada de Preços é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.

c) Concorrência é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o 3º dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.

d) Leilão representa a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda de bens a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação.

e) Convite consiste na modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, exclusivamente convidados, em número mínimo de 3 pela unidade administrativa.



**22.** João Neve é empregado de sociedade de economia mista federal, onde atua no setor de compras. O agente recebeu, a título de presente, uma espada de prata, objeto de valor histórico avaliado em R\$ 1 milhão. O presente foi dado por Samuel, que participou como licitante em um dos certames conduzidos por João Neve, tendo se sagrado vencedor em razão de o agente ter deliberadamente frustrado a licitude do certame.

Diante desta situação hipotética, julgue os itens a seguir:

- a) O agente público responderá pelo cometimento de ato de improbidade que causou prejuízo ao erário.
- b) João Neve não está sujeito às penalidades cominadas na Lei de Improbidade Administrativa em razão de ser agente público pertencente à pessoa jurídica de direito privado.
- c) O agente público poderá ter seus bens tornados indisponíveis, em montante equivalente ao enriquecimento ilícito percebido.
- d) Caso reste comprovada apenas a conduta dolosa de Samuel, é viável a propositura de ação civil de improbidade administrativa exclusivamente contra ele.
- e) A conduta narrada não caracteriza ato de improbidade, na medida em que não se encontra taxativamente prevista na Lei 8.429/1992.

**23.** Julgue os itens a seguir no que diz respeito ao desfazimento dos atos administrativos à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do entendimento doutrinário majoritário:

- a) A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos, ressalvada a apreciação judicial.
- b) A administração pode revogar seus próprios atos, por motivo de conveniência ou oportunidade, a exemplo da revogação de pareceres, atestados e certidões.
- c) A convalidação consiste no saneamento de atos administrativos que apresentem vícios sanáveis, resultando na correção do ato administrativo com efeitos ex nunc.
- d) Atos que já exauriram seus efeitos são suscetíveis de revogação.
- e) Atos discricionários são insuscetíveis de apreciação judicial.

**24.** Roberval, servidor lotado no TRF-4, estável no serviço público federal, aos 32 anos sofreu acidente náutico, o qual a incapacitou para o labor, tendo sido aposentado por invalidez. Após dois anos do acidente, junta médica oficial do Tribunal declarou insubsistentes os motivos da aposentadoria por invalidez.

Nessa situação,

- a) o Tribunal estará obrigado a promover a readaptação do servidor.
- b) no interesse da Administração do Tribunal, Roberval poderá ser revertido ao cargo anteriormente ocupado.

c) o agente público será aproveitado em cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado.

d) com a invalidação de sua vacância, Roberval deverá ser reintegrado ao serviço público.

e) a Administração deverá promover sua reversão, independentemente de solicitação do servidor.

**25.** Acerca dos princípios informadores das licitações públicas, julgue os itens que se seguem:

- a) No julgamento das propostas, é admitida a utilização de fator que, embora sigiloso ou reservado, possa promover justiça igualitária entre os licitantes.
- b) O princípio da vinculação ao instrumento convocatório prevê que a Administração se vincula estritamente aos termos do edital que houver sido publicado, inobstante o licitante não se obrigue a cumprir as cláusulas do edital, dado o princípio da liberdade econômica.
- c) A licitação é um procedimento público, autorizando-se que os cidadãos acompanhem o procedimento e acessem seus atos, salvo quanto ao conteúdo das propostas, até a respectiva abertura.
- d) O princípio do julgamento objetivo informa que, uma vez concluído o procedimento licitatório, a Administração ficará impossibilitada de atribuir o objeto da licitação a outrem que não o licitante vencedor.
- e) O procedimento licitatório não caracteriza ato administrativo formal.

## DIREITO CONSTITUCIONAL

**26.** Lei municipal estabeleceu que os transgêneros podem realizar mudança de prenome e sexo no registro civil, desde que realizada cirurgia de transgenitalização ou tratamentos hormonais ou patologizantes. O Prefeito, por não concordar com a novidade legislativa e entendendo que ela ofende o texto constitucional, resolveu adotar medidas para que fosse declarada a invalidade da norma.

O Prefeito, então, consultou um de seus Assessores jurídicos, que fez as seguintes afirmações:

- I) A lei municipal padece de inconstitucionalidade formal e inconstitucionalidade material.
- II) O Prefeito poderá propor reclamação constitucional perante o STF.
- III) O Prefeito poderá confrontar a lei municipal por meio de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF).
- IV) Durante a tramitação do projeto de lei, o Prefeito poderia ter impetrado mandado de segurança, realizando o controle judicial-preventivo de constitucionalidade da norma.

Dentre as afirmações acima, levando-se em consideração o texto da CF/88 e a jurisprudência do STF, estão corretas as seguintes:

- a) I e III

- b) I e II
- c) II e III
- d) III e IV
- e) I

**27.** O Presidente da República apresentou ao Congresso Nacional projeto de lei que ficou conhecido como “Projeto Anticrime”, estabelecendo uma série de medidas legislativas tendentes a intensificar a repressão penal contra o crime organizado, o tráfico de drogas e a lavagem de dinheiro.

Durante a sua tramitação, o referido projeto de lei foi muito criticado pela imprensa e pelos congressistas de oposição, sob o argumento de que teria como objetivo instalar um verdadeiro “Estado policial”.

Como consequência, o Deputado Federal Robsvaldo apresentou emenda parlamentar que diminuía a pena do crime de corrupção passiva e que instituía gratificação em prol de servidores públicos que atuam em presídios federais. O projeto de lei foi aprovado com a referida emenda parlamentar, seguindo para sanção ou veto do Presidente da República.

Diante da situação apresentada, assinale a alternativa correta:

- a) O Presidente da República poderá vetar o projeto de lei dentro de 15 dias úteis. O veto poderá, todavia, ser rejeitado pelo Congresso Nacional, dentro de 30 dias, em procedimento bicameral.
- b) O Presidente da República não pode apresentar projeto de lei aumentando a pena do crime de corrupção, uma vez que proposta dessa natureza só poderia vir do Congresso Nacional.
- c) O projeto de lei possui um vício de emenda, que não poderia ter instituído gratificação em prol de servidores públicos que atuam em presídios federais. Mesmo que o Presidente da República sancione o projeto de lei, persistirá a inconstitucionalidade.
- d) Havendo sanção tácita, o Presidente da República deverá promulgar a lei em 72 (setenta e duas horas), sob pena de ela não entrar em vigor.
- e) Assumindo-se que estão presentes os requisitos de relevância e urgência, as mudanças legislativas propostas pelo Presidente da República poderiam ser implementadas por medida provisória.

**28.** José Roberto, Deputado Estadual pelo estado do Paraná, foi denunciado no Tribunal de Justiça pelo Ministério Público Estadual em virtude da prática de crime de corrupção passiva. O Tribunal de Justiça, sem autorização prévia da Assembleia Legislativa, instaurou o processo penal contra o referido parlamentar.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, mediante decreto legislativo, sustou o andamento de ação penal contra o parlamentar. O partido político XYZ, inconformado, ingressou com ação judicial perante o Tribunal de Justiça, alegando a inconstitucionalidade do referido decreto legislativo.

Órgão fracionário do Tribunal de Justiça do Paraná afastou a incidência do decreto legislativo e, como consequência, determina que o parlamentar retorne ao cargo.

Diante da situação apresentada, assinale a alternativa correta:

- a) A decisão do órgão fracionário que afastou a incidência do decreto legislativo afrontou a cláusula de reserva de plenário e, como tal, pode ser confrontada mediante reclamação constitucional perante o Supremo Tribunal Federal (STF).
- b) A decisão do órgão fracionário que afastou a incidência do decreto legislativo não afrontou a cláusula de reserva de plenário, uma vez que o processo penal contra o Deputado Estadual só poderia ter sido instaurado após autorização da Assembleia Legislativa.
- c) A decisão do órgão fracionário que afastou a incidência do decreto legislativo não afrontou a cláusula de reserva de plenário. Isso porque o referido decreto legislativo é um ato de efeitos concretos, desprovido de generalidade, abstração e impessoalidade.
- d) A decisão do órgão fracionário que afastou a incidência do decreto legislativo afrontou a cláusula de reserva de plenário, sendo incabível, todavia, a reclamação constitucional perante o Supremo Tribunal Federal (STF).
- e) A cláusula de reserva de plenário não se aplica às situações em que o órgão fracionário, embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, afasta a sua incidência, no todo ou em parte.

**29.** A empresa MYX Empreendimentos S/A foi contratada para realizar a construção de uma usina hidrelétrica na região Norte do país, o que irá contribuir sobremaneira para o desenvolvimento econômico daquela área. Lideranças locais, todavia, não estão satisfeitas com a obra, argumentando que ela trará problemas ambientais graves para a região, além de afetar a população indígena que ali vive.

Diante da situação apresentada, assinale a alternativa correta:

- a) O Ministério Público tem legitimidade para propor ação civil pública, a fim de proteger o meio ambiente e de resguardar os interesses das populações indígenas.
- b) Qualquer brasileiro poderá propor ação popular, com o objetivo de proteger o meio ambiente.
- c) O Ministério Público não tem legitimidade para propor ação civil pública com o objetivo de resguardar os interesses das populações indígenas.
- d) O Ministério Público tem competência exclusiva para ajuizar ação civil pública.
- e) A improcedência de ação popular resultará na cobrança de custas judiciais e de ônus da sucumbência, salvo comprovada má fé.



**30.** Aos 38 anos de idade, Márcio foi aprovado no concurso da Magistratura Federal, entrando em exercício no cargo em 1º de março de 2019. Sua dedicação e interesse pela profissão fizeram com que rapidamente fosse cotado para se tornar Desembargador do Tribunal Regional Federal. Em 15 de abril de 2022, Desembargador do TRF que ocupava vaga destinada a juízes federais promovidos se aposenta.

Considerando-se as regras que a Constituição Federal de 1998 estabelece sobre garantias funcionais promoção de juízes, assinale a alternativa correta:

- a) Márcio não poderá ser promovido a Desembargador do Tribunal Regional Federal, uma vez que ainda não cumpriu o período necessário para adquirir a vitaliciedade.
- b) Márcio não poderá ser promovido a Desembargador do Tribunal Regional Federal, por não preencher os requisitos constitucionais.
- c) Márcio poderá ser promovido a Desembargador do Tribunal Regional Federal, já que cumpriu os requisitos constitucionais, ou seja, já adquiriu a vitaliciedade.
- d) Márcio poderá ser promovido a Desembargador do Tribunal Regional Federal, pois já tem mais de 3 anos de exercício no cargo.
- e) Márcio não poderá ser promovido a Desembargador do Tribunal Regional Federal, já que ele não preenche os requisitos para promoção pela regra do “quinto constitucional”.

### **DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

**31.** Tendo as regras sobre o incidente de desconsideração da personalidade jurídica é correto afirmar

- a) é cabível em todas as fases do processo de conhecimento e no cumprimento de sentença, exceto no caso de execução de título extrajudicial.
- b) será instaurado a pedido da parte ou do Ministério Pública, quando lhe couber intervir no processo.
- c) a instauração do incidente ocorrerá se for requerida na petição inicial.
- d) como regra a instauração do incidente não suspende o processo.
- e) instaurado o incidente, o sócio ou a pessoa jurídica será citado para manifestar-se e requerer as provas cabíveis no prazo de dez dias.

**32.** Incumbe ao Oficial de Justiça

- a) efetivar as ordens judiciais, realizar citações e intimações, bem como praticar todos os demais atos que lhe forem atribuídos pelas normas de organização judiciária.

- b) comparecer às audiências ou, não podendo fazê-lo, designar servidor para substituí-lo.
- c) redigir, na forma legal, os mandados e os demais atos que pertençam ao seu ofício.
- d) auxiliar o juiz na manutenção da ordem.
- e) praticar, de ofício, os atos meramente ordinatórios.

**33.** Décio propôs ação de cobrança contra Renan. O réu é citado por Diário Oficial de Justiça, com disponibilização no dia 10/6/2019, para propor contestação. Tendo em vista esse caso prático, assinale a alternativa que aponta o prazo final para que o réu possa apresentar sua defesa, uma vez que é feriado no dia 20/6.

- a) sexta-feira, 28/6.
- b) segunda-feira, 1º/7.
- c) terça-feira, 2/7.
- d) quarta-feira, 3/7.
- e) quinta-feira, 4/7.

**34.** Tendo em vista as regras previstas no Código de Processo Civil sobre citação, assinale a alternativa correta.

- a) a citação sempre pessoal, contudo, poderá ser feita na pessoa do curador, no caso do incapaz.
- b) a citação deve ocorrer na figura do réu ou do executado, sem exceção, tendo em vista que representa requisito de validade do processo.
- c) citação não poderá ser feita a quem estiver participando de ato de culto religioso, em respeito ao direito constitucional de crença, em nenhuma hipótese.
- d) a citação será feita, primeiramente, por oficial de justiça; não sendo possível a citação por oficial, será feita pelo correio e, estando o réu em lugar ignorado ou de difícil acesso, por edital.
- e) nos condomínios edifícios ou nos loteamentos com controle de acesso, será válida a entrega do mandado a funcionário da portaria responsável pelo recebimento de correspondência.

**35.** Em uma demanda na qual Roserval Jr. pleiteia indenização por danos materiais e morais contra Paulo Sousa, ao ser intimado da audiência de conciliação, Roserval Jr. informa ao seu procurador, que se recusa comparecer à audiência. Argumenta que não fará acordo em hipótese alguma com a parte ré. Assinale a alternativa que indica a orientação jurídica correta considerando a disciplina do CPC a respeito da matéria.

- a) Roserval Jr. é obrigado a comparecer à audiência independentemente da manifestação quanto à pretensão conciliatória por parte de Paulo Sousa.
- b) Caso mantida a audiência pelo juízo, o não comparecimento de Roserval Jr. imporá extinção do processo sem resolução do mérito por falta de interesse.

- c) O não comparecimento à audiência, caso mantida pelo juízo, implica condenação por ato atentatório da dignidade da justiça, cuja sanção será a aplicação de multa de até 2% calculado sobre a vantagem econômica pretendida ou sobre o valor da causa.
- d) Trata-se de faculdade das partes comparecerem, uma vez que o objetivo é compor amigavelmente o litígio.
- e) Caso mantida a audiência, se apenas a parte autora comparecer, o juiz considera o réu revel, presumindo-se verdadeiros os fatos alegados pela parte postulante.

**36.** Sobre o cumprimento de sentença é correto afirmar

- a) transcorrido o prazo para pagamento voluntário do cumprimento de sentença já liquidada, inicia-se o prazo de 10 dias para que o executado apresente sua impugnação.
- b) a apresentação da impugnação impede a prática dos atos executivos, tal como a expropriação.
- c) não pode o Juízo conceder efeito suspensivo ao cumprimento de sentença no caso de condenação por quantia certa, mesmo mediante penhora ou caução.
- d) no caso de condenação por quantia certa, o cumprimento definitivo da sentença ocorrerá a requerimento do exequente, sendo o executado será intimado para pagar o débito, acrescido de custas, no prazo de 15 dias.
- e) não ocorrendo pagamento voluntário no caso de condenação por quantia certa ou já fixada em liquidação, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de vinte por cento.

**37.** Conforme dispõe a Lei nº 10.259/2001, compete ao Juizado Especial Federal Cível processar, conciliar e julgar causas de competência da Justiça Federal até o valor de sessenta salários mínimos, bem como executar as suas sentenças. Não se incluem na competência do Juizado Especial Federal, exceto:

- a) as ações de mandado segurança.
- b) as ações sobre bens imóveis da União.
- c) as ações para anulação ou cancelamento de ato administrativo federal de natureza previdenciária.
- d) as ações que tenham por objeto a impugnação de pena de demissão imposta a servidor.
- e) as ações de desapropriação.

**38.** De acordo com a Lei 11.419/2006, que trata do Processo Eletrônico, é correto afirmar.

- a) a Lei 11.419/2006 é aplicada indistintamente ao processo civil, penal, trabalhista, exceto aos juizados especiais, em qualquer grau de jurisdição.
- b) O envio de petições, de recursos e a prática de atos processuais em geral por meio eletrônico serão admitidos mediante uso de assinatura eletrônica sendo obrigatório o credenciamento prévio em cartório de títulos.

- c) Os prazos processuais terão início no primeiro dia útil que seguir ao considerado como data da disponibilização.
- d) Considerar-se-á realizada a intimação no primeiro dia útil seguinte após o dia em que o intimando efetivar a consulta eletrônica ao teor da intimação.
- e) Considera-se como data da publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário da Justiça eletrônico.

## DIREITO PENAL

**39.** José foi condenado definitivamente pela prática de determinado crime (cuja pena cominada era de reclusão de 02 a 08 anos), recebendo a pena mínima prevista para o delito, de 02 anos de reclusão. Após cumprir 01 ano e 06 meses da pena imposta, sobrevém nova lei diminuindo a pena do referido delito para 01 a 04 anos de reclusão.

Neste caso:

- a) Será aplicável a lei nova mais benéfica, cabendo ao Juízo da condenação refazer o cálculo da pena.
- b) Será aplicável a lei nova mais benéfica, cabendo ao Juízo da execução penal refazer o cálculo da pena, de forma que José, por já ter cumprido mais de 01 ano, terá sua pena declarada extinta.
- c) Será inaplicável a lei nova mais benéfica, em razão do trânsito em julgado da sentença penal condenatória.
- d) Por se tratar de pena de reclusão, a retroatividade após o trânsito em julgado é vedada, o que não ocorreria no caso de pena de detenção.
- e) A retroatividade da lei nova é possível, mas, para tanto, será indispensável o manejo de revisão criminal.

**40.** Analise as assertivas a seguir:

- I – Conhecimento da situação justificante  
II – Perigo iminente  
III – Não provocação dolosa da situação de perigo  
IV – Inexigibilidade de sacrifício do bem salvo

No que tange ao estado de necessidade, são requisitos para sua caracterização APENAS o que se afirma em:

- a) I, II e III  
b) I e II  
c) II e III  
d) I, II e IV  
e) I, III e IV

**41.** O erro sobre a ilicitude do fato, quando inescusável:

- a) afasta o dolo e a culpa  
b) afasta o dolo, mas permite a punição por culpa, quando houver previsão legal

- c) é causa de diminuição de pena, de um sexto a um terço.
- d) é causa de exclusão da culpabilidade, por ausência de potencial consciência da ilicitude
- e) é causa de exclusão da culpabilidade, por ausência de imputabilidade penal

**42.** José, objetivando matar Maria, coloca uma bomba em um avião monomotor de propriedade desta. José tem conhecimento de que Maria não sabe pilotar o avião, logo, quando a bomba explodir, o piloto do avião fatalmente morrerá, embora este não seja seu intento. José sabe, ainda, que partes do avião cairão com a explosão, podendo causar lesões e até a morte de outras pessoas em terra, mas não se importa caso isso ocorra. Assim que o avião decola, minutos depois a bomba explode, matando Maria, o piloto e mais duas pessoas que estavam em terra e foram atingidas por partes do avião.

Atento ao caso narrado, é correto afirmar que houve, em relação a Maria, ao piloto e aos demais atingidos, respectivamente:

- a) dolo direto de 1º grau, dolo direto de 2º grau e dolo eventual
- b) dolo direto de 1º grau, dolo direto de 2º grau e dolo direto de 2º grau
- c) dolo direto de 2º grau, dolo eventual e dolo eventual
- d) dolo direto de 1º grau em relação a todos
- e) dolo direto de 1º grau em relação a Maria e ao piloto, e dolo eventual em relação aos demais.

### **DIREITO PROCESSUAL PENAL**

**43.** Assinale a alternativa INCORRETA no que tange ao Inquérito policial:

- a) A autoridade policial não pode determinar o arquivamento do Inquérito Policial, nem mesmo nos casos de evidente atipicidade da conduta.
- b) O ofendido, ou seu representante legal, e o indiciado poderão requerer qualquer diligência, que será realizada, ou não, a juízo da autoridade.
- c) O arquivamento do inquérito policial por falta de base para a denúncia não impede a retomada futura das investigações, desde que haja notícia de prova nova.
- d) Quando o fato for de difícil elucidação, e o indiciado estiver solto, a autoridade policial poderá requerer ao Ministério Público a devolução dos autos, para novas diligências.
- e) É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados no inquérito policial, digam respeito ao exercício do direito de defesa.

**44.** José, residente em Curitiba-PR, praticou um crime de ação penal privada contra Maria (residente em Londrina-PR), cuja pena cominada é de 01 a 03 anos de detenção e multa. O crime ocorreu em Maringá-PR.

Caso Maria deseje ajuizar queixa-crime em face de José, a competência será:

- a) do Juízo de Maringá, apenas.
- b) do Juízo de Curitiba-PR ou do Juízo de Maringá-PR, podendo Maria escolher qualquer dos dois
- c) do Juízo de Londrina-PR ou do Juízo de Maringá-PR, podendo Maria escolher qualquer dos dois
- d) do Juízo de Curitiba-PR, apenas.
- e) do Juízo de Curitiba-PR ou do Juízo de Londrina-PR, firmando-se pela prevenção.

**45.** A prisão preventiva será cabível em determinados casos, previstos no Código de Processo Penal. Assinale a alternativa que NÃO apresenta uma hipótese de cabimento da prisão preventiva:

- a) quando se tratar de crime doloso punido com pena privativa de liberdade máxima superior a 4 (quatro) anos.
- b) se o agente for reincidente em crime doloso.
- c) se o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência, para garantir a execução das medidas protetivas de urgência.
- d) se o agente já tiver sido condenado anteriormente por outro crime à pena privativa de liberdade.
- e) quando houver dúvida sobre a identidade civil da pessoa ou quando esta não fornecer elementos suficientes para esclarecê-la.

**46.** Sobre o tema de PROVAS, assinale a alternativa correta:

- a) O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo, em nenhum caso, fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação.
- b) É vedado ao juiz determinar a produção de provas ex officio.
- c) O Juiz poderá determinar, de ofício, no curso da instrução, ou antes de proferir sentença, a realização de diligências para dirimir dúvida sobre ponto relevante.
- d) Reconhecida a ilicitude da prova, esta será autuada em apartado.
- e) No que tange ao estado das pessoas, o Juiz aplicará o sistema da persuasão racional.

**47.** José, psicólogo, foi intimado para depor na qualidade de testemunha em processo criminal instaurado contra Pedro. O Ministério Público, ao justificar o requerimento de oitiva de José, afirmou que este, por ser psicólogo de Pedro, teria conhecimento dos fatos criminosos por este praticados.

Neste caso, é correto afirmar que José:

- a) é dispensado de depor.
- b) é proibido de depor, em qualquer caso.



- c) é proibido de depor, mas se autorizado por Pedro, José deverá depor.
- d) é proibido de depor, mas se autorizado por Pedro, José poderá, caso queira, prestar seu depoimento.
- e) deverá depor normalmente, não sendo dispensado nem proibido de depor.

**48.** Pedro foi denunciado pelo Ministério Público pela prática do crime de roubo simples (pena: 04 a 10 anos de reclusão e multa). O Juízo, verificando que a inicial preenchia os requisitos, a recebeu e determinou a citação de Pedro. Devidamente citado, Pedro:

- a) terá o prazo de 10 dias para apresentar resposta à acusação, podendo arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, até o máximo de 08.
- b) terá o prazo de 05 dias para apresentar resposta à acusação, podendo arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, até o máximo de 08.
- c) terá o prazo de 10 dias para apresentar resposta à acusação, podendo arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, até o máximo de 05.
- d) terá o prazo de 05 dias para apresentar resposta à acusação, podendo arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, até o máximo de 05.
- e) deverá comparecer à audiência de instrução e julgamento, oportunidade na qual será apresentada defesa, bem como se procederá ao seu interrogatório.

**49.** José foi condenado pela prática do crime de estelionato, recebendo uma pena de 02 anos de reclusão, em regime inicial aberto, e multa. Apenas a defesa de José interpôs recurso de apelação, sustentando a ocorrência de nulidade processual por cerceamento de defesa, motivo pelo qual foi requerida a anulação do processo desde a instrução. Caso o Tribunal dê provimento ao recurso:

- a) o processo voltará à origem, e o Juízo de primeira instância poderá novamente condenar José, inclusive com aplicação de eventual pena superior à anteriormente aplicada.
- b) o processo voltará à origem, e o Juízo de primeira instância poderá novamente condenar José, porém, não poderá aplicar pena superior à anteriormente aplicada, nem poderá fixar regime inicial de cumprimento de pena mais gravoso.
- c) o próprio Tribunal deverá refazer a instrução e proferir decisão, inclusive podendo majorar a pena.
- d) o próprio Tribunal deverá refazer a instrução e proferir decisão, mas não poderá majorar a pena.

- e) o processo voltará à origem, e o Juízo de primeira instância poderá novamente condenar José, porém, não poderá aplicar pena superior à anteriormente aplicada, embora possa fixar regime inicial de cumprimento de pena mais gravoso.

**50.** José foi denunciado pelo Ministério Público pela prática de infração de menor potencial ofensivo, perante o Juizado Especial Criminal. O Juízo, verificando a ausência de justa causa, rejeitou a inicial acusatória. Inconformado, o MP deverá interpor:

- a) apelação, no prazo de 10 dias, devendo as razões serem apresentadas simultaneamente.
- b) apelação, no prazo de 05 dias, devendo as razões serem apresentadas no prazo de 08 dias.
- c) Recurso em sentido estrito, no prazo de 05 dias, devendo as razões serem apresentadas simultaneamente.
- d) Recurso em sentido estrito, no prazo de 05 dias, devendo as razões serem apresentadas no prazo de 02 dias.
- e) Recurso em sentido estrito, no prazo de 05 dias, devendo as razões serem apresentadas no prazo de 08 dias.

**QUESTÃO DISCURSIVA**

O Oficial de justiça encarregado do cumprimento de um mandado citatório vai, em duas ocasiões diferentes, ao Condomínio Edifício em que reside o réu, e ao ser recebido pelo porteiro, percebe conversa pelo interfone e desconfia haver o réu dado ordens a esse funcionário para dizer que não se encontrava, frustrando a citação.

- a. Qual a denominação dada a essa modalidade de citação?
- b. Como cumprir o mandado?
- c. Como será o réu, ao final, cientificado de sua citação?

Analise o caso detalhadamente.

Resposta em até 20 linhas.

---

**Obs.:** disponibilizamos um serviço de correção especificamente para este simulado, em conformidade com os critérios utilizados pela banca Cebraspe (Cespe).

Link para correção da sua discursiva:

<https://www.estrategiaconcursos.com.br/cursosPorConcurso/discursivas-para-concursos/>

## FOLHA DE RESPOSTA

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



## Preencha o Gabarito!

<https://estr.news/Simulado-TRF4-Oficial>

### *Não é assinante?*

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!*



**ASSINATURA  
ILIMITADA**

**ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO\*  
SEM PREOCUPAÇÃO**

**1 ANO**  
12X R\$ 199,97

**2 ANOS**  
12X R\$ 333,97

\*VERIFICAR CONDIÇÕES NO SITE